

Plano de curso

Reforma Previdenciária

1. Informações Administrativas

1.1. Identificação do Conteudistas e tutores

Conteudistas
Elídia Aparecida de Andrade Corrêa - Juíza Federal aposentada
Katia Herminia Martins Lazarano Roncada – TRF2
João Batista Lazzari – Juiz Federal - TRF4
José Antonio Savaris – TRF 4
Tutores
Elídia Aparecida de Andrade Corrêa - Juíza Federal aposentada
João Batista Lazzari – Juiz Federal - TRF4

1.2. Identificação da Ação Educacional

Título	Reforma Previdenciária
Modalidade	() presencial (x) a distância
Carga horária	40 horas-aula
Público-alvo	Magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus
Vagas	40 por turma

2. Informações Pedagógicas

2.1. Justificativa

Compete ao Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal executar e fomentar a realização de projetos de ensino e aprendizagem voltados aos magistrados e servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais (PNA) objetiva contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça Federal, por meio da formação, aperfeiçoamento, desenvolvimento das competências estratégicas e essenciais, bem como alinhamento das ações educacionais à estratégia da Justiça Federal.

A Educação a Distância (EaD) é qualificada pelo PNA como instrumento fundamental para sua efetividade, objetivando educação profissional de modo amplo e abrangente, tanto que o art. 9º da Resolução n. 192/2014 do Conselho Nacional de Justiça recomenda, verbis, “sempre que possível e observada a especificidade da ação formativa, deverá ser priorizado o uso da educação a distância como forma de melhor aplicação de recursos públicos”.

Nesse contexto, a fim de mitigar as dificuldades impostas pelo contingenciamento de despesas, o tempo de afastamento do local de trabalho, a distância das unidades da Justiça Federal dispersas no Território Nacional e o curto prazo para capacitação, a modalidade de EaD se apresenta como a forma mais adequada e fácil de dar prosseguimento à formação de magistrados federais.

A proposta do curso baseia-se na mudança introduzida pela Reforma da Previdência (EC 103/2019), que traz diversos pontos que serão objeto de questionamento, com grande potencial de judicialização, razão pela qual se mostra necessário preparar os magistrados para questões a serem enfrentadas e/ou judicializadas.

Plano de curso

Pretende-se, ainda, propiciar uma análise das principais questões trazidas pela EC 103/2019, permitindo que haja exposição sobre linhas contrárias e favoráveis ao texto, de modo a trazer um rico debate sobre o tema.

2.2. Objetivo Geral

Proferir decisões judiciais de acordo com as modificações acarretadas pela EC 103/19, tanto no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), quanto nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) dos servidores públicos.

2.3. Objetivos Específicos, Conteúdos e Metodologia

Módulo	Objetivos Específicos	Conteúdos	Metodologia
Ambientação (11 a 15/5)	Formar rede colaborativa de aprendizagem	Apresentação Perfil de estudante	Fórum Wiki colaborativa
Módulo 1 – Nova Previdência e Regime Próprio dos Servidores Públicos (16 a 22/5)	Identificar premissas e alterações promovidas no regime próprio de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, de acordo com a Nova Previdência Investigar em que termos a segurança jurídica foi respeitada com a nova alteração do regime jurídico previdenciários dos servidores públicos Analisar a desconstitucionalização da disciplina jurídica previdenciária no âmbito do regime próprio de previdência social. Identificar os benefícios ainda assegurados e as regras de transição estabelecidas	Seção I - As premissas da Nova Previdência e as alterações no Regime Próprio dos Servidores Públicos Seção II - Segurança Jurídica Seção III - Benefícios subsistentes nos regimes próprios de previdência social	Fórum Base de dados
Módulo 2 – Nova Previdência e Regime Geral de Previdência Social (23 a 29/5)	Avaliar as justificativas para a Reforma da Previdência, tendo por base a necessidade de sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) Interpretar o texto da EC n. 103/2019 com foco em soluções para as novas ações previdenciárias a partir das alterações nas regras de concessão, de cálculo e de acumulação de benefícios Reconhecer os novos critérios de concessão dos benefícios do RGPS estabelecidos pela EC n. 103/2019 Identificar o impacto que a Reforma da Previdência pode provocar em relação às demandas previdenciárias	Seção I- A sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social Seção II A constitucionalização de regras e novos paradigmas Seção III - Benefícios em espécie	Fórum Laboratório de avaliação

Plano de curso

2.3. Objetivos Específicos, Conteúdos e Metodologia

Módulo	Objetivos Específicos	Conteúdos	Metodologia
Módulo 3 – Aspectos Tributários (30/5 a 8/6)	<p>Debater os antecedentes e os objetivos da reforma previdenciária implantada pela Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019.</p> <p>Analisar os aspectos tributários da Constituição Federal e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a partir da EC nº 103/2019;</p> <p>Analisar as regras transitórias e de transição, conforme destinação: regras gerais de custeio e de orçamento, regras dos Regimes Próprios de Previdência Social e do Regime Geral de Previdência Social, a partir da EC nº 103/2019.</p> <p>Discutir as questões jurídicas envolvendo as novas contribuições ordinárias a cargo de parte dos segurados obrigatórios, e as condições de exigibilidade de contribuições extraordinárias a cargo apenas dos servidores civis federais, ativos e inativos, e seus pensionistas.</p> <p>Elaborar decisões judiciais fundamentadas no princípio constitucional do não confisco tributário e sua aplicabilidade quanto às novas regras constitucionais dedicadas ao custeio da previdência social.</p>	<p>Seção I – Antecedentes e objetivos da Reforma Previdenciária da EC 103/2019</p> <p>Seção II - Disposições gerais sobre custeio da seguridade social(Regras para os RPPSs, Regras do RGPS) e Novas alíquotas das contribuições previdenciárias</p> <p>Seção III – Contribuições previdenciárias extraordinárias</p> <p>Seção IV - Efeitos confiscatórios e violação à isonomia tributária</p>	Fórum
Módulo 4 – Impactos da Reforma (9 a 15/6)	<p>Relacionar a atuação dos Centros de Inteligência com os impactos na desjudicialização em demandas previdenciárias.</p> <p>Descrever as soluções implementadas pelo INSS para melhoria do processo de gestão a partir da transformação digital</p> <p>Relatar as causas da judicialização e as formas de preveni-la a partir de ações preventivas de desjudicialização</p> <p>Identificar as causas mais relevantes de acúmulo processual e os benefícios previdenciários que geram demandas repetitivas por meio de projeto de inteligência artificial.</p> <p>Analisar as hipóteses de delegação de competência, à luz do que preceitua o art. 3, inciso III da Lei n. 13.876/2019.</p>	<p>Seção I – Desjudicialização e os Centros de Inteligência</p> <p>Seção II - Projeto de Desjudicialização da Previdência</p> <p>Seção III - Salas de Desjudicialização</p> <p>Seção IV - A Questão da Competência Delegada</p>	Wiki colaborativa Fórum

Plano de curso

2.3. Objetivos Específicos, Conteúdos e Metodologia

Módulo	Objetivos Específicos	Conteúdos	Metodologia
Etapa Final (16 a 20/6)	Elaborar sentença	Conteúdos dos módulos do curso	Redação de sentença

3. Avaliação de Aprendizagem

Avaliação diagnóstica e formativa, a partir da observação e acompanhamento da participação nas atividades propostas e avaliação somativa com os critérios dispostos no plano de tutoria.

Resumo das atividades avaliativas

Módulo	Atividade	Pontuação
Ambientação	Tarefa criação/atualização perfil do aluno	Sem nota
Módulo I	Fórum de discussão	10 pts
	Base de dados	05 pts
Módulo II	Fórum de discussão	10 pts
	Laboratório de avaliação	05 pts
Módulo III	Fórum de discussão	15 pts
Módulo IV	Wiki colaborativa	03 pts
	Fórum de discussão	12 pts
Atividade Final	Tarefa – sentença	40 pts